

Nakano e Bracher tentam japoneses

O chefe da Assessoria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, Yoshiaki Nakano, e o assessor especial do ministro Bresser Pereira para Assuntos da Dívida Externa, Fernão Bracher, chegaram ontem a Tóquio, no Japão, para manter contatos com autoridades financeiras japonesas. Durante cinco dias, debaterão a proposta brasileira de renegociação da dívida, assim como a possível participação do Brasil do Fundo Nakasone. O Fundo, que leva o sobrenome de um ex-primeiro-ministro japonês, é constituído de US\$ 30 bilhões formados por saldos comerciais japoneses destinados a socorrer países em desenvolvimento endividados.

Segundo informação colhida junto a técnicos do Ministério da

Fazenda, o propósito da missão não é obter resultados imediatos. O Brasil está consciente de que o Japão está esperando um sinal da comunidade financeira internacional para aderir à proposta brasileira de renegociação. Particularmente lhe interessa a posição dos Estados Unidos, seu principal parceiro comercial, que no ano passado lhe rendeu um superávit em torno de US\$ 50 bilhões. Desde já, porém, há informações no Ministério da Fazenda de que a receptividade japonesa à proposta brasileira é boa.

Longo prazo

Quanto ao Fundo Nakasone, o Brasil não tem ilusões de que sua fatia não passará de US\$ 2 bilhões a US\$ 3 bilhões. O raciocínio para esta expectativa está baseado no

fato de que o fundo é destinado a todos os países em desenvolvimento e de que tradicionalmente o Japão faz 80% de seus investimentos no Sudoeste Asiático, sua principal área de influência.

A idéia básica de se manter estes contatos num nível permanente parte de dois princípios: primeiro, que o Brasil pensa num relacionamento de longo prazo com o Japão, que é um dos principais investidores estrangeiros no país e com o qual o Brasil tem débitos de US\$ 12 bilhões; segundo, que é preciso manter um bom relacionamento com os banqueiros japoneses, que vinham se queixando de não serem ouvidos suficientemente em etapas anteriores da renegociação da dívida brasileira.